

EVANDRO JOSÉ MORELLO

**O DIREITO À PROTEÇÃO SOCIAL EM SUA
INTERFACE COM O TRABALHO RURAL
ASSALARIADO:
Limites e Desafios**

Dissertação apresentada como requisito parcial para conclusão do curso do Programa de Mestrado em Direito e Políticas Públicas do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB

Orientador: Prof. Dr. Frederico Augusto Barbosa da Silva

Brasília

Dezembro de 2008

DEDICATÓRIA

Para a minha esposa, Eliane, com quem tenho partilhado meus sonhos, angústias e realizações. Agradeço a paciência, a compreensão e o amor.

Para as minhas filhas, Isabelle e Iasmin, que fortalecem a minha vida e expressam a esperança e a alegria de viver. Sou imensamente grato pelo carinho e pelos momentos em que me fazem retornar ao magnífico mundo da infância.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de amor e de inspiração, que nos conduz ao caminho da sabedoria e da retidão.

Aos meus pais, Valdir e Lúcia, por me ensinarem os valores da vida.

Aos meus irmãos, Dernival, Rosângela, Marta e Warley, pelo cultivo da amizade.

À minha tia, Izaldina, pelo incentivo em estudar.

Aos meus amigos e colegas da CONTAG, pelo convívio de trabalho e pelo apoio recebido. Muito obrigado a todos.

Ao professor Frederico Augusto Barbosa da Silva, pela paciência e entusiasmo com que orientou esse trabalho.

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo analisar o direito de proteção social dos trabalhadores rurais assalariados a partir das transformações que vem ocorrendo nas relações de trabalho e de produção no meio rural, onde predomina o trabalho precário e informal que exclui esses trabalhadores do sistema de Previdência Social brasileiro. A pesquisa foi desenvolvida por meio do método dedutivo-histórico e analítico, e tem na obra de Robert Castel a sua principal fundamentação teórica ao abordar a problemática da questão social a partir do trabalho assalariado. A dissertação está dividida em duas partes, sendo na primeira analisados os elementos histórico-teóricos que fundamentam os modelos de proteção social desenvolvidos a partir da intervenção do Estado e que influenciaram na formação e na estrutura do sistema público de proteção social brasileiro. Na segunda parte, descrevem-se como as relações de trabalho assalariadas foram se estruturando e se reproduzindo no campo após o regime escravista, e como a proteção jurídica e social a este tipo de trabalho foi se desenvolvendo. Em seguida, contextualiza-se a situação dos assalariados rurais na Previdência Social a partir da Constituição Federal de 1988, tendo em conta a legislação que rege a matéria em toda a sua complexidade. Nesse sentido, é feita uma abordagem sobre a participação do assalariado rural no plano de custeio e no plano de benefícios da Previdência, identificando-se várias questões que dificultam o acesso desse trabalhador à proteção previdenciária devido ao alto índice de informalidade e à prática do trabalho precário, caracterizado por relações de trabalho de curta duração. Fazendo-se uma análise sobre os institutos que regulam os contratos de trabalho na área rural, averigua-se que são enormes os desafios para garantir maior proteção previdenciária dos assalariados apenas por meio da relação formal de emprego. Em conclusão, são apresentadas algumas proposições para discussão, visando ampliar a cobertura previdenciária dos assalariados, tendo por base a comprovação do trabalho, e não apenas do emprego, como elemento central. Nesse sentido, afirma-se que uma política previdenciária mais inclusiva não pode estar dissociada do sistema de Seguridade Social.

PALAVRAS-CHAVE: Proteção Social. Assalariado Rural. Relações de Trabalho. Emprego. Previdência e Seguridade Social.

ABSTRACT

This research aims to analyze the right to social protection of rural salaried workers from the transformations which are happening in the working and productive relationships in rural areas, where predominate the precarious and informal work which excludes those employees from the Brazilian Social Welfare. The research was conducted by the deductive historical and analytical method, and was mainly theoretically based on the Robert Castel works when addressing the problem of social issue from the employment. The dissertation is divided into two parts, being analyzed in the first the historical and theoretical factors which substantiate the social protection models developed from the state intervention and that influenced on the formation and structure of the public system of the Brazilian social protection. In the second part, it is described how the employment relations have been structured and reproduced on the field after the end of slavery system, and how the legal and social protection to this type of work was being developed. Then, it is contextualized the situation of rural salaried workers in the Social Security from the Federal Constitution of 1988, taking into account the laws which govern the matter in all its complexity. Accordingly, an approach on the participation of the rural salaried in terms of the Welfare cost and benefit plans is made, identifying several issues that hinder the access by these workers to the welfare protection due to the high level of informality and to the practice of precarious works, characterized by short term working relations. By the analysis over the institutes which regulate the employment contracts in the rural area, we can deduct that are huge the challenges to ensure greater welfare protection of employees only through the formal employment relationship. Concluding, are presented some proposals for discussion, seeking out the expansion of the welfare coverage of employees, based on the evidence of work, not just as employment, as a central element. In that sense, it is affirmed that an inclusive welfare policy cannot be dissociated from the Social Security system.

KEY WORDS: Social Protection. Rural employee. Working relationships. Employment. Welfare and Social Security.

SUMÁRIO

Introdução.....08

PARTE I FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS DO DIREITO À PROTEÇÃO SOCIAL

.....15

- 1 O desenvolvimento de mecanismos de proteção social..... **Erro! Indicador não definido.**
 - 1.1 Considerações gerais **Erro! Indicador não definido.**
 - 1.2 Os primeiros institutos de proteção social..... **Erro! Indicador não definido.**
 - 1.3 O Estado e a proteção social..... **Erro! Indicador não definido.**
 - 1.3.1 A assistência pública, a propriedade privada e a emergência de um novo modelo de proteção..... **Erro! Indicador não definido.**
 - 1.3.2 A técnica securitária como mecanismo de proteção social**Erro! Indicador não definido.**
 - 1.3.3 A seguridade social como novo paradigma de proteção social**Erro! Indicador não definido.**
- 2 O desenvolvimento dos mecanismos de proteção social no Brasil**Erro! Indicador não definido.**

PARTE II O DIREITO À PROTEÇÃO SOCIAL CONFIGURADO NO TRABALHO RURAL

ASSALARIADO.....48

- 1 Referenciais históricos e teóricos sobre a conformação das relações de trabalho e dos institutos de proteção social aplicados na área rural **Erro! Indicador não definido.**
 - 1.1 Considerações gerais **Erro! Indicador não definido.**
 - 1.2 Regimes de trabalho no meio rural no período pós-escravista**Erro! Indicador não definido.**
 - 1.3 A estrutura das relações sociais de trabalho no meio rural no período pós 1930**Erro! Indicador não definido.**
 - 1.4 Reestruturação produtiva e os impactos nas relações de trabalho**Erro! Indicador não definido.**
 - 1.5 O trabalho rural assalariado em perspectiva..... **Erro! Indicador não definido.**
- 2 Proteção social e jurídica ao trabalho rural **Erro! Indicador não definido.**
 - 2.1 Os trabalhadores rurais sob o estigma da exclusão **Erro! Indicador não definido.**
 - 2.2 Os primeiros institutos de garantia de direitos sociais aos trabalhadores rurais**Erro! Indicador não definido.**
- 3 Os trabalhadores rurais no contexto da Seguridade Social brasileira**Erro! Indicador não definido.**
 - 3.1. Os novos parâmetros de proteção social..... **Erro! Indicador não definido.**
 - 3.2. A proteção social sob dois vieses: natureza da atividade x natureza das relações de trabalho **Erro! Indicador não definido.**
 - 3.3. Estrutura da previdência rural brasileira..... **Erro! Indicador não definido.**
 - 3.3.1 Tipificação dos segurados rurais **Erro! Indicador não definido.**
 - 3.3.1.1 Os segurados especiais.....84
 - 3.3.1.2 O contribuinte individual rural.....88
 - 3.3.1.3 O empregado rural.....88
 - 3.3.2 O financiamento da Previdência Social e as contribuições oriundas da área rural..... **Erro! Indicador não definido.**

3.3.3 As espécies de benefícios e os critérios de elegibilidade para acesso à proteção previdenciária.....	Erro! Indicador não definido.
4 Controvérsias que envolvem o assalariado na Previdência Social	Erro! Indicador não definido.
4.1 Considerações iniciais	Erro! Indicador não definido.
4.2 O empregado e o dilema da sua caracterização como rurícola	Erro! Indicador não definido.
4.2.1 Os parâmetros estabelecidos pelo Direito do Trabalho	Erro! Indicador não definido.
4.2.2 A posição da doutrina e da jurisprudência.....	Erro! Indicador não definido.
4.2.3 Critérios metodológicos para a identificação do empregado rural	Erro! Indicador não definido.
4.3 Elementos que caracterizam a prestação de trabalho com vínculo empregatício na área rural	Erro! Indicador não definido.
4.3.1 Trabalho prestado por pessoa física	Erro! Indicador não definido.
4.3.2 Pessoaalidade	Erro! Indicador não definido.
4.3.3 Onerosidade	Erro! Indicador não definido.
4.3.4 Continuidade ou não-eventualidade	Erro! Indicador não definido.
4.3.5 Subordinação	Erro! Indicador não definido.
4.4 O assalariado rural e a prestação de trabalho de curta duração: vínculo empregatício ou trabalho eventual?.....	Erro! Indicador não definido.
5 Conflitos e dilemas das regras previdenciárias que demarcam limites da proteção social do assalariado rural	Erro! Indicador não definido.
5.1 O dilema da proteção social do assalariado e do agricultor familiar	Erro! Indicador não definido.
5.2 A regra transitória de acesso à aposentadoria por idade mediante comprovação da atividade rural	Erro! Indicador não definido.
5.2.1 A prorrogação do prazo para de acesso à aposentadoria por idade mediante a comprovação da atividade rural.....	Erro! Indicador não definido.
5.2.2 Os novos critérios de acesso à aposentadoria.....	Erro! Indicador não definido.
5.2.3 Perspectivas quanto ao futuro do assalariado rural em alcançar a aposentadoria por idade	Erro! Indicador não definido.
6 Proteção previdenciária e formalização do contrato de trabalho na área rural	Erro! Indicador não definido.
6.1 Considerações iniciais	Erro! Indicador não definido.
6.2 Aspectos que influenciam a informalidade do mercado de trabalho rural	Erro! Indicador não definido.
6.3 Modalidades de contrato de trabalho aplicáveis na área rural	Erro! Indicador não definido.
7 A proteção do assalariado rural na perspectiva do contrato de trabalho por pequeno prazo instituído pela Lei n.º 11.718/2008.....	Erro! Indicador não definido.
Conclusões.....	174
Referências.....	

....